

## Que corpo é esse? Breves reflexões sobre corponormatividade, capacitismo e senso comum

*What kind of body is this? Brief reflections on body normativity, ableism, and common sense*

*¿Qué tipo de cuerpo es este? Breves reflexiones sobre la normatividad corporal, el capacitismo y el sentido común*

**Livia Fajin de Mello<sup>1</sup>**

ORCID: 0000-0002-5613-7976

**Antonio Marcos Tosoli Gomes<sup>1</sup>**

ORCID: 0000-0003-4235-9647

**Joyce Martins Arimatéa Branco Tavares<sup>1</sup>**

ORCID: 0000-0002-7014-4654

**Douglas Rodrigues Santos<sup>1</sup>**

ORCID: 0000-0002-6522-72287

**Viviane Cordeiro dos Santos<sup>1</sup>**

ORCID: 0009-0007-4792-5341

**Emmanuel Martins Fernandes<sup>1\*</sup>**

ORCID: 0000-0002-2206-799X

**Dayanne Lima Silva Santos<sup>1</sup>**

ORCID: 0000-0002-7540-0514

**Gabriela Lima Reis Mourão<sup>2</sup>**

ORCID: 0009-0000-1929-8802

**Alexia Garcia de Carvalho<sup>1</sup>**

ORCID: 0009-0003-1490-4916

**Danielle Gonçalves Ferreira<sup>1</sup>**

ORCID: 0009-0004-8639-3294

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

### Como citar este artigo:

Mello LF, Gomes AMT, Tavares JMAB, Santos DR, Santos VC, Fernandes EM, Santos DLS, Mourão GLR, Carvalho AG, Ferreira DG. Que corpo é esse? Breves reflexões sobre corponormatividade, capacitismo e senso comum. Glob Acad Nurs. 2025;6(Spe.1):e498. <https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200498>

### \*Autor correspondente:

[emmanuelfernandes.saude@gmail.com](mailto:emmanuelfernandes.saude@gmail.com)

Submissão: 03-10-2025

Aprovação: 14-11-2025

### Resumo

O presente artigo se propõe a refletir sobre como a corponormatividade, naturalizada pelo senso comum se revela na construção epistemológica do capacitismo. Ancorou-se no referencial filosófico da ciência de Rubem Alves. Também foram utilizadas a Teoria do Modelo Social da Deficiência e a Teoria Crip, que trazem a ideia de corponormatividade. Evidencia-se uma relação entre capacitismo e vulnerabilidades através da "patologização" dos corpos e das concepções caritativas que emergem a partir do estabelecimento de determinados padrões sociais relacionados aos corpos. Pode-se afirmar que a construção epistemológica do capacitismo, em nível científico, não se baseia no senso comum das pessoas com deficiência, mas sim no senso comum hegemônico da sociedade, o que dificulta o olhar não estereotipado e não "patologizante" do ser. Apesar dos debates sobre capacitismo estarem ganhando espaço nas discussões científicas, tais debates ainda são pouco conhecidos no senso comum, o que dificulta a produção de reflexões críticas sobre suas consequências sociais. Portanto, dar voz às pessoas com deficiência, de forma a assegurar suas participações sociais, emerge como uma das principais estratégias anticapacitistas, que promovem a desconstrução de estereótipos e a valorização da diversidade dos corpos.

**Descritores:** Pessoas com Deficiência; Inclusão Social; Normas Sociais; Capacitismo; Ciências Sociais.

### Abstract

This article aims to reflect on how body normativity, naturalized by common sense, is revealed in the epistemological construction of ableism. It is anchored in the philosophical framework of the science of Rubem Alves. The Social Model of Disability Theory and Crip Theory, which address the idea of body normativity, were also used. A relationship between ableism and vulnerabilities is evidenced through the "pathologization" of bodies and the charitable conceptions that emerge from the establishment of certain social standards related to bodies. It can be stated that the epistemological construction of ableism, at a scientific level, is not based on the common sense of people with disabilities, but rather on the hegemonic common sense of society, which hinders a non-stereotypical and non-"pathologizing" view of the individual. Although debates on ableism are gaining ground in scientific discussions, these debates are still little known in the common sense, which hinders the production of critical reflections on their social consequences. Therefore, giving voice to people with disabilities, to ensure their social participation, emerges as one of the main anti-ableist strategies, promoting the deconstruction of stereotypes and the appreciation of body diversity.

**Descriptors:** People with Disabilities; Social Inclusion; Social Norms; Disability Discrimination; Social Sciences.

### Resumen

Este artículo reflexiona sobre cómo la normatividad corporal, naturalizada por el sentido común, se manifiesta en la construcción epistemológica del capacitismo. Se fundamenta en el marco filosófico de la ciencia de Rubem Alves. También se recurre al Modelo Social de la Teoría de la Discapacidad y a la Teoría Crip, que abordan la idea de la normatividad corporal. Se evidencia una relación entre capacitismo y vulnerabilidades a través de la patologización de los cuerpos y las concepciones caritativas que surgen del establecimiento de ciertos estándares sociales relacionados con ellos. Se puede afirmar que la construcción epistemológica del capacitismo, a nivel científico, no se basa en el sentido común de las personas con discapacidad, sino en el sentido común hegemónico de la sociedad, que obstaculiza una visión no estereotipada y no patologizante del individuo. Si bien los debates sobre el capacitismo están ganando terreno en las discusiones científicas, aún son poco conocidos en el sentido común, lo que dificulta la generación de reflexiones críticas sobre sus consecuencias sociales. Por lo tanto, dar voz a las personas con discapacidad, para asegurar su participación social, surge como una de las principales estrategias anticapacitistas, promoviendo la desconstrucción de estereotipos y la valoración de la diversidad corporal.

**Descriptorios:** Personas con Discapacidad; Inclusión Social; Normas Sociales; Capacitismo; Ciencias Sociales.



## Introdução

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que ocorreu em 2008, tem como materialização a Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. O conceito de deficiência sofre alterações, deixando o caminhar de um modelo médico, no qual a deficiência é entendida como uma limitação do indivíduo, para um modelo social mais abrangente. No parágrafo segundo desta lei o conceito de deficiência sofre alterações. A deficiência passa por um momento de reinvenção, devido ao movimento de luta das pessoas com deficiência<sup>1</sup>.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas<sup>1</sup> (Art. 2).

A ideia de categorias binárias é socialmente e historicamente construída, como por exemplo, a heterossexualidade/ homossexualidade e capacidade/ deficiência. A “heterossexualidade compulsória” é uma expressão que traz uma obrigatoriedade do binarismo ocidental, o qual descarta a pluralidade de gênero de acordo com a cultura local e influência social. Já em relação à deficiência, o termo corporalidade compulsória poderia ser utilizado como tradução da expressão inglesa *compulsory able-bodiedness*, proposta por McRuer. No entanto, essa tradução não expressa de forma precisa o padrão hegemônico de corpos sem deficiência, ou seja, considerados capazes de realizar ou não determinadas ações<sup>2-4</sup>.

Do mesmo modo que racismo vem de raça e sexismo de sexo, a palavra “capaz”, tradução de “able”, serve para a compreensão da categoria capacitismo, que pode ser associada com a produção de poder e se relaciona com a temática do corpo e por uma ideia de padrão corporal/funcional perfeito. Dessa forma, o capacitismo pode ser encarado como uma forma de opressão que define o indivíduo pela crença de que pessoas com deficiências são incapazes de realizar diferentes atividades, uma vez que possuem corpos ou mentes fora do padrão aceito como normal<sup>4-6</sup>.

O capacitismo pode aparecer de forma sutil e subliminar, ou até mesmo de forma evidente e óbvia. Esse preconceito ainda é naturalizado e aceitável por um senso comum que liga a imagem da pessoa com deficiência a corpos defeituosos e incapazes de serem produtivos a partir de estigmas construídos socialmente. De maneira internalizada, sobrevém a partir de uma dificuldade social em questionar-se a partir da diferença, e decorre em olhar as pessoas com deficiência como sendo seres menos humanos ou menos capazes<sup>4,5</sup>.

O senso comum e a ciência possuem um papel fundamental na sociedade, pois quando trabalhados em conjunto podem auxiliar em transformações de opiniões e saberes<sup>7</sup>. Para entender o senso comum, se faz necessária a imersão em um problema, a partir de questionamentos e busca por soluções. Compreender as questões que

envolvem o senso comum permite o melhor entendimento da ciência<sup>8</sup>.

A aprendizagem da ciência é um processo progressivo do senso comum, onde é possível ensinar e aprender o que consiste na manutenção e modificação de capacidades ou habilidades já possuídas. A compreensão da deficiência permeia um processo regulatório dos corpos, através de padrões de beleza e de funcionalidade estabelecidos pela sociedade que, imbuídos pelo senso comum, conduzem práticas, comportamentos e identidades que definem enquanto capazes ou incapazes<sup>8</sup>.

À proporção que se precipitam situações que disparam questionamentos, se inicia a relevância do pensamento, a busca por soluções e a ligação entre a resposta com a natureza e com a sociedade. Embora as discussões sobre capacitismo e inclusão das pessoas com deficiência não sejam recentes, ainda se apresentam tímidas. Por isso, buscou-se desenvolver neste estudo, articulações possíveis entre o Modelo Social da Deficiência, teorias feministas e o senso comum. Desta forma, tem-se como objetivo neste estudo refletir sobre como a corponormatividade, naturalizada pelo senso comum, se revela na construção epistemológica do capacitismo.

## Metodologia

Trata-se de uma reflexão teórica ancorada no referencial filosófico da ciência de Rubem Alves, composta pela seguinte tríade: ciência, construção do conhecimento científico e senso comum. Haja vista a especificidade e a necessidade de imersão e compreensão teórica sobre a temática, também foram utilizadas a Teoria do Modelo Social da Deficiência e a Teoria Crip, que trazem a ideia de corponormatividade.

Assim, a produção das reflexões ocorreu a partir de um processo sistemático dessas leituras, de formas a comparar e articular os principais conceitos discutidos nos campos teóricos selecionados. As categorias temáticas discutidas neste estudo emergiram de um movimento interpretativo, no qual foram identificados núcleos de sentido convergentes entre os referenciais teóricos, especialmente no que diz respeito à corponormatividade e à influência do senso comum sobre a compreensão da deficiência. Esse processo interpretativo visou à construção de uma análise crítica e interdisciplinar, capaz de dialogar com a filosofia, a sociologia e as ciências da saúde.

A consistência argumentativa, a clareza conceitual e a relevância social do tema foram adotadas como critérios de validade teórica, permitindo que a reflexão se mantivesse alinhada aos princípios éticos e epistemológicos no campo das ciências humanas e sociais. Ao priorizar a análise dos conceitos e discursos, a metodologia utilizada buscou não apenas compreender a estrutura do capacitismo, mas também contribuir para a produção de saberes anticapacitistas e emancipatórios.

## Resultados e Discussão

A discussão que apresentamos a seguir foi organizada em duas categorias temáticas, que se articulam entre si de maneira complementar. A primeira, que



intitulamos “Corponormatividade e capacitismo: compreensão a partir da Teoria Crip e sua relação com o Modelo Biomédico e Social da Deficiência”, aborda a maneira como os discursos normativos sobre o corpo e a deficiência são produzidos e sustentados por lógicas biomédicas e sociais que reforçam a exclusão.

Já na segunda categoria temática, que intitulamos “Ciência e senso comum: interfaces entre assistência às pessoas com deficiência e capacitismo”, buscamos refletir sobre as implicações epistemológicas e práticas de tais concepções nos campos científico e assistencial, dando destaque a como o senso comum e os saberes técnicos se entrelaçam na perpetuação (ou desconstrução) de padrões capacitistas. Juntas, essas categorias discutidas propiciam a compreensão da complexa tessitura entre corpo, ciência e sociedade, evidenciando assim a urgência de uma leitura anticapacitista e emancipatória da deficiência.

### Corponormatividade e capacitismo: compreensão a partir da Teoria Crip e sua relação com o Modelo Biomédico e Social da Deficiência

O capacitismo se manifesta por meio de atitudes preconceituosas que discriminam as pessoas com deficiência, ao hierarquizar os sujeitos a partir de um padrão corporal sustentado por ideais de beleza e de capacidade funcional. Esse ideal de corpo, no entanto, não é neutro: ele responde a uma lógica produtivista instituída pelo sistema econômico capitalista, no qual os corpos valorizados são aqueles capazes de serem explorados em sua máxima produtividade<sup>4</sup>.

A concepção capacitista está intimamente ligada à ideia de corponormatividade, que classifica os corpos das pessoas com deficiência como inferiores, incapazes, incompletos e necessitados de reparação, quando comparados aos corpos socialmente padronizados como funcionais<sup>4</sup>.

A deficiência não é uma condição natural, mas resultado de um sistema cultural que produz diferenças corporais significativas<sup>9</sup>. Dessa maneira, deve-se pensar que há diversas formas de existir e nenhuma se instaura em detrimento da outra.

O capacitismo traz um ideal de sujeito sustentado por capacidades normativas compulsoriamente ancoradas nos discursos biomédicos, ou seja, um pressuposto de que o capacitismo é estrutural e estruturante<sup>10</sup>. Do ponto de vista capacitista, a deficiência é algo que não é natural, ou seja, é vista como uma doença, incapacidade ou uma limitação<sup>4</sup>.

As pessoas com deficiência, ao longo da história, têm vivenciado processos de opressão e, paralelamente, uma luta política e social pela garantia de seus direitos. A perspectiva anticapacitista propõe o rompimento com essa lógica excludente, ao questionar a normatividade corporal e os sistemas que sustentam a desigualdade. Tal perspectiva tem o potencial de produzir fissuras nos diferentes campos do conhecimento, contribuindo para a construção de uma sociedade que valorize e acolha a diversidade dos corpos<sup>10</sup>.

As discussões sobre a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade encontram espaços nas epistemes femininas<sup>11</sup>. A Teoria Crip, proposta por Robert McRuer<sup>12</sup>,

busca compreender como corpos e deficiência vêm sendo concebidos. Esta busca romper com os binarismos a partir dos pressupostos da Teoria Queer. Guacira Lopes Louro afirma que *queer* “é um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade”<sup>13:8</sup>.

A cisão entre corpo e mente não pode ser sustentada, pois o corpo é sempre atravessado por significados que lhe são atribuídos no campo social<sup>14</sup>. Assim, não se trata de concebê-lo como uma entidade natural ou pré-estabelecida, mas como uma construção produzida por discursos, práticas e normas culturais que regulam e performam sua existência.

O termo *crip* é derivado do inglês “*cripple*”, que pode ser traduzido como “aleijado”. Assume-se assim uma conotação agressiva e pejorativa, propositalmente para destacar o compromisso *crip* no desenvolvimento de uma crítica da normatização do corpo contra todos aqueles que fogem dos padrões<sup>4</sup>.

O termo foi inicialmente utilizado para designar pessoas com deficiência física, porém, atualmente expande-se de forma a abranger as deficiências sensoriais e intelectuais. O uso do termo *crip* como verbo pode ser pensado no sentido de questionar, a partir de posições anticapacitistas, os padrões de normalidade estabelecidos<sup>12</sup>.

A resignificação das diferentes formas de corporificação deve ir além daquelas socialmente valorizadas<sup>12</sup>. Entretanto, como observa Kafer<sup>15</sup>, o capacitismo ainda é frequentemente compreendido apenas em nível individual, e não como expressão de uma desigualdade estrutural. Essa perspectiva limitada contribui para a despolitização da deficiência, que segue sendo interpretada majoritariamente sob o prisma do modelo biomédico. Neste enquadramento, a corponormatividade estabelece padrões que definem quais corpos são considerados legítimos, enquanto a ciência tende a reduzir a deficiência a um problema a ser corrigido ou erradicado.

A deficiência no modelo biomédico seria a consequência lógica e natural do corpo com lesão, seria em si a incapacidade física que leva o indivíduo a uma série de desvantagens sociais<sup>16</sup>. Para reduzir essas desvantagens, devem ser feitas intervenções nesse corpo para promover (quando possível) seu melhor funcionamento.

A Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um Manual de Classificação das Consequências das Doenças (CIDID), elaborado em 1976 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como parte complementar da Classificação Internacional de Doenças (CID), seria o principal documento que oferece suas próprias concepções de deficiência como qualquer perda ou anormalidade, temporária ou permanente, de uma estrutura física ou função fisiológica, psicológica ou anatômica<sup>16</sup>.

Hoje o documento não é mais utilizado, porém de algum modo ainda expressa o entendimento comum do que é a deficiência, como algo ainda pertencente ao domínio do corpo. Infelizmente esse descrédito formal do documento não representa uma mudança de concepção numa dimensão socialmente ampla. Existe um interesse em



desnaturalizar essa compreensão de deficiência pelo Modelo Biomédico através de um Modelo Social<sup>16</sup>.

O Modelo Social da Deficiência pode ser entendido como a compreensão de um estilo de vida imposto pela pessoa com determinadas lesões pelo corpo, marcado pela exclusão e opressão. A principal intervenção deve ser feita na sociedade, e não no corpo desse indivíduo, para que seja garantida a participação plena das pessoas com deficiência<sup>16</sup>.

Embora a Teoria Crip se oponha ao modelo biomédico na forma como este compreende a deficiência, ela também não se apropria integralmente do modelo social. A teoria reconhece que o ambiente contribui para os processos de exclusão, mas propõe que tanto a lesão quanto a deficiência devem ser entendidas como construções sociais. Assim, não é possível pensar a lesão sem refletir sobre os significados sociais que lhe são atribuídos.

O modelo social desconsidera aspectos físicos que impactam nos corpos e que não são solucionados pelas adequações das barreiras arquitetônicas ou atitudinais. Esse desacatamento marginaliza as pessoas com deficiência que buscam estratégias de adaptação<sup>15,17</sup>.

Cabe ressaltar que barreiras arquitetônicas são obstáculos construídos que impedem ou dificultam a acessibilidade das pessoas. Além disso, as atitudes e comportamentos dos indivíduos que impedem o acesso de outra pessoa, seja intencional ou não, seriam a barreira atitudinal, e barreiras organizacionais seriam aquelas que dificultam o acesso de uma determinada população a um serviço<sup>18</sup>. Um exemplo seria a falta de profissionais capacitados para atender uma pessoa com deficiência, com a qual seu cuidado transcenda a deficiência e a ideia da corponormatividade.

Gesser<sup>19</sup> considera que o capacitismo corrobora a produção de vulnerabilidades através da responsabilização das pessoas com deficiência pela sua condição e a adequação desse corpo aos padrões normativos através de estratégias possíveis. Os corpos são vistos como objetos de intervenções médicas para correção de supostos desvios, através da patologização dos corpos e concepções caritativas que emergem a partir do estabelecimento de alguns padrões sociais.

Pensar o entrelaçamento entre os estudos das deficiências e os estudos feministas e de gênero possibilita um olhar com maior complexidade para as questões sociais. As diferenças não devem ser entendidas como algo que necessite ser normalizado ou excluído da sociedade, mas como uma possibilidade de manifestações das vidas<sup>4</sup>. A partir de tais reflexões, pode-se perceber que a corponormatividade, ao se instituir como matriz reguladora dos corpos, não apenas sustenta as estruturas do capacitismo, mas também orienta práticas e discursos que se estendem para além do campo biomédico. A crítica proposta pela Teoria Crip permite evidenciar como os ideais de normalidade e funcionalidade estão imbricados em uma lógica epistemológica que atravessa tanto o conhecimento científico quanto o senso comum.

Nessa direção, torna-se necessário aprofundar o olhar sobre a ciência enquanto produtora e legitimadora de

significados acerca da deficiência, analisando de que formas o discurso técnico-científico, em diálogo com o senso comum, contribuem para a manutenção (ou desconstrução) das representações capacitistas. Neste contexto inserimos a segunda categoria temática aqui discutida, voltada à compreensão das interfaces entre ciência, senso comum e assistência às pessoas com deficiência.

### **Ciência e senso comum: interfaces entre assistência às pessoas com deficiência e capacitismo**

A sociedade, ao longo de sua existência, utilizou-se de determinados termos para se referir às pessoas com deficiência, como: “pessoas com deficiência”, “deficiente”, “pessoas especiais”, “pessoas com necessidades especiais”, “incapaz”, ou “defeituoso”<sup>16</sup>.

No entanto, é importante refletir que tais expressões não surgem de forma espontânea; elas absorvem representações construídas historicamente pelo modelo biomédico da deficiência. Os saberes clínicos produziram formas de narrar e conceituar os corpos com deficiência como corpos improdutivos, incompletos ou não eficientes, e essas narrativas foram socialmente naturalizadas como verdades incontestáveis. Assim, não é o senso comum que cria essas concepções, mas sim os saberes da saúde, que moldam a maneira como a sociedade entende e classifica esses sujeitos.

Todas essas expressões são carregadas de estigmas e ideias capacitistas pautadas na corponormatividade. O termo “pessoas portadoras de deficiência” ainda é amplamente utilizado por profissionais de saúde, embora a palavra “portadora” não seja adequada. A deficiência não é algo que a pessoa carrega temporariamente, e sim consiste em parte intrínseca de sua existência. Caso contrário, seria equivalente a afirmar que a pessoa “porta” olhos marrons ou cabelo loiro, o que claramente não faz sentido.

O movimento científico voltado à assistência às pessoas com deficiência, expresso na Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, e na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (vertentes do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite), busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento a esse grupo<sup>20,21</sup>.

Contudo, a construção científica da deficiência não se fundamentou no senso comum das próprias pessoas com deficiência, mas sim em um senso comum hegemônico social, que interpreta esses corpos como necessitados de adaptações e melhorias, reforçando concepções capacitistas.

A busca utópica pelo corpo “perfeito” constitui uma barreira estrutural para todas as pessoas que não se enquadram nos padrões corporais socialmente normatizados. No caso das pessoas com deficiência, seus corpos são historicamente construídos como incapazes ou “patologizados”, sendo sistematicamente excluídos em diversos espaços sociais. Essa exclusão é sustentada por modelos antigos de compreensão da deficiência, ainda presentes na sociedade contemporânea, como os modelos religioso e biomédico<sup>22</sup>.



A deficiência continua a ser medicalizada e “patologizada”, sendo frequentemente interpretada como uma tragédia pessoal ou alvo de práticas assistencialistas. O desafio contemporâneo reside em deslocar a responsabilidade da deficiência do indivíduo para a sociedade, reconhecendo que as limitações advêm da interação entre a condição física ou sensorial da pessoa e as barreiras sociais que restringem sua participação plena<sup>22</sup>.

A partir de uma leitura crítica, observa-se que o senso comum, ao enquadrar as pessoas em padrões idealizados de corpo e funcionalidade, acaba por sustentar uma ordem científica que reforça tais hierarquias. Conforme nos aponta Rubem Alves<sup>8</sup>, o conhecimento científico frequentemente tem como objetivo a modificação do indivíduo, colocando-o em conformidade com normas sociais estabelecidas.

Na aplicação prática, como na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, a ciência se manifesta como uma especialização com aprofundamento técnico-científico nas ações de prevenção, identificação precoce e reabilitação. No entanto, tal especialização não garante, de forma plena, a capacitação crítica dos profissionais de saúde, dado que muitas vezes limita-se à resolução de problemas sob uma perspectiva parcial e normativa.

Alves<sup>8</sup> alerta que a ciência, ao se tornar uma especialização, pode ser perigosa, pois tende a “conhecer cada vez mais de cada vez menos”, reduzindo a compreensão global do sujeito à soma de partes técnicas e fragmentadas. Assim, a ciência pode ser compreendida, de certo modo, como uma hipertrofia do senso comum: ao invés de emancipar, a ciência pode reforçar padrões pré-estabelecidos e limitar a percepção da diversidade humana, incluindo os corpos e experiências das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, Gesser, Block e Mello<sup>10</sup> destacam a importância dos estudos emancipatórios da deficiência para a construção de pesquisas e práticas anticapacitistas. É fundamental compreender a deficiência como uma forma de opressão social, sendo necessária a garantia da participação plena das pessoas com deficiência por meio do rompimento das barreiras sociais. O processo de “patologização” e objetificação dos corpos com deficiência deve ser criticado,

evidenciando como a ciência historicamente reproduz um olhar normativo e estereotipado. Pode-se afirmar que a construção epistemológica do capacitismo, em nível científico, não se baseia no senso comum das pessoas com deficiência, mas sim no senso comum hegemônico da sociedade, dificultando um olhar não estereotipado e não “patologizante”. Nesse sentido, a ciência deve ser utilizada como ferramenta para promover novas perspectivas sobre o capacitismo, favorecendo processos inovadores e críticos no conhecimento, mesmo quando as conclusões sobre determinados problemas já parecem consolidadas<sup>8</sup>.

### Considerações Finais

A deficiência é frequentemente percebida como um problema do corpo, que impede o indivíduo de se enquadrar nos padrões de normalidade impostos pela sociedade. O capacitismo se manifesta cotidianamente não apenas por meio de termos ofensivos, mas também através de concepções pré-estabelecidas sobre o que significa ser uma pessoa com deficiência, moldadas pelo senso comum e reforçadas por práticas institucionais. O processo de “patologização” desses corpos pela ciência reflete diretamente no atendimento de saúde, no qual os profissionais tendem a direcionar seus cuidados à reabilitação de um corpo considerado limitado, em vez de considerar a plena participação social da pessoa.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de se tratar de uma reflexão teórica, em que, portanto, não contamos com o suporte de uma investigação empírica direta com participantes ou contextos específicos. Essa característica, embora permita uma análise conceitual ampla e aprofundada, restringe a possibilidade de observar como os discursos sobre corponormatividade e capacitismo se manifestam nas práticas cotidianas e institucionais.

Apesar do debate sobre capacitismo estar ganhando espaço nas discussões científicas, ele ainda é pouco conhecido pelo senso comum, o que dificulta reflexões críticas sobre suas consequências sociais. Nesse contexto, dar voz às pessoas com deficiência e assegurar sua participação social emerge como uma das principais estratégias anticapacitistas, promovendo a desconstrução de estereótipos e a valorização da diversidade corporal.

---

### Referências

1. Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República [Internet]. 2015 [acesso em 1 out 2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)
2. Carvalho THA, Araújo DF. Heterossexualidade compulsória e a estilização do corpo à luz do pensamento de Judith Butler. CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais [Internet]. 2021 [acesso em 1 out 2025];34. <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2021.33586>
3. McRuer R. Compulsory Able-Bodiedness and Queer/Disabled Existence. In: Snyder SL, Brueggemann BJ, Garland-Thompson, R. Disability studies: enabling the humanities. New York: Modern Language Association of America; 2002. p. 88-89
4. Moreira MCN, Dias FS, Mello AG, York SW. Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. Ciênc. saúde coletiva [Internet]. 2022 [acesso em 1 out 2025];27(10). <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.07402022>
5. Ivanovich ACF, Gesser M. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a)políticos. Quaderns de Psicologia [Internet]. 2020 [acesso em 1 out 2025];22(3):e1618. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1618>



6. Lage SRM, Lunardelli RSA, Kawakami TT. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia-a-dia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação* [Internet]. 2023 [acesso em 1 out 2025];28. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e93040>
7. Gripp PD, Rudnicki CPS. As relações de poder nos discursos do saber: a popularização científica como dispositivo. *Emancipação* [Internet]. 2025 [acesso em 1 out 2025];25. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.25.24203.013>
8. Alves R. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras*. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola; 2015.
9. Ribas LM. A (re)construção social da deficiência para a compreensão de uma diversidade humana. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal* [Internet]. 2020 [acesso em 1 out 2025];7(2). Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/879>
10. Gesser M, Block P, Mello AG. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: Gesser M, Böck GLK, Lopes PH, organizadores. *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV; 2020. 248 p.
11. Mello AG, Gesser M, Diniz D. Diálogos feministas sobre a deficiência. *Revista Estudos Feministas* [Internet]. 2024 [acesso em 1 out 2025];32(3). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n3102006>
12. McRuer R. *Crip Theory: cultural signs of queerness and disability*. Nova Iorque: University Press; 2006. p. 283.
13. Louro GL. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3. ed. (rev. amp.) Belo Horizonte: Autêntica; 2018.
14. Butler J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2010.
15. Kafer A. *Feminist, queer, crip*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press; 2013.
16. Mota PHS, Bousquat A. Deficiência: palavras, modelos e exclusão. *Saúde debate* [Internet]. 2021 [acesso em 1 out 2025];45(130). <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113021>
17. McRuer R. *Crip times: disability, globalization, and resistance*. Nova Iorque: NYU Press; 2018.
18. Clemente KAP, Silva SV, Vieira GI, Bortoli MC, Toma TS, Ramos VD, et al. Barreiras ao acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde: uma revisão de escopo. *Rev Saúde Pública* [Internet]. 2022 [acesso em 1 out 2025];56. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056003893>
19. Gesser M. Gênero, deficiência e a produção de vulnerabilidades. In: Veiga AM, Nichnig CR, Wolff CS, Zandoná J, organizadores. *Mundos de mulheres no Brasil*. Curitiba: CRV; 2019. p. 353-361.
20. Brasil. *Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência*. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.
21. Brasil. *Viver sem Limite: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2013.
22. Siqueira D, Dornelles TG, Assunção SM. Experienciando capacitismo: a vivência de três pessoas com deficiência. In: Gesser M, Böck GLK, Lopes PH, organizadores. *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV; 2020. 248 p.

